



ANÁLISE

Este país não está para experimentalismos

**DOMINGUES AZEVEDO**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Já se intuía que o final de Verão seria muito agitado, mas dificilmente alguém era capaz de prever que, pouco mais de um ano após tomar posse, o governo de maioria estaria a definhar, minado por lutas intestinas. A descida da Taxa Social Única (TSU) e a subida das contribuições à Segurança Social anunciadas por Passos Coelho no passado dia 7 de setembro, foram a gota que fez transbordar o copo.

No Portugal democrático, nos anos que acumulei de atividade política e parlamentar e também na vida pública, não tenho memória de assistir a uma medida tão veementemente contestada por praticamente todos os setores da sociedade. A TSU está inquinada por um pecado original que reside no princípio subjacente à tomada de decisão: qual a lógica de que sejam os trabalhadores, que geram riqueza para a empresa, a suportar a diminuição dos gastos da própria empresa? Isto é o mito de Robin Hood de pernas para o ar. Quem não conhecesse o país, quando confrontando com uma medida destas, por certo acharia que os nossos trabalhadores são pessoas ricas. É uma conceção perfeitamente incompreensível e distanciada da realidade, provavelmente baseada nas tais folhas de Excel e nos modelos que na teoria batem certo, mas que não colam com a realidade nua e crua. O clamor de empresários, políticos, comentadores e, mais importante, das centenas de milhares de portugueses que saíram às ruas no passado fim de semana deve ser escutado pelos responsáveis governativos. Nenhum executivo pode ignorar quando a rua “fala”. E os portugueses, de coração nas mãos, apreensivos com o seu futuro e o dos seus filhos, mostraram a outros povos do “velho conti-

nente” que é possível mostrar descontentamento de forma sábia e moderada.

Estou certo que o bom senso prevalecerá e que no final da reunião do Conselho de Estado, agendada para sexta-feira, seja anunciada uma alternativa sensata às mexidas na TSU. Até porque, o que torto nasce, dificilmente se endireita.

Bem avisou o Primeiro-Ministro que, em certos casos, iria “além da troika”. Talvez em certas reformas pontuais deveria ter avançado, em vez de recuado, mas noutros casos houve, como no da TSU, que fez emergir, em todo o seu esplendor, uma lógica que guia toda a sua ação governativa: proteger capitais e penalizar o trabalho. É uma opção política, legítima, mas que não se pode aplicar com a brutalidade infligida a um país onde as desigualdades são cavadas a cada dia que passa. Da mesma forma que é uma opção política não tributar os rendimentos de capital na taxa de vida e o mais imoral de tudo isto é que se está a tirar de quem trabalha a sua parca disponibilidade para que estes capitais continuem a crescer.

Um país preso por arames como o nosso não está para experimentalismos. E eles não ficam pela TSU. A redefinição dos escalões do IRS, que deverá ser concretizada no OE 2013, é outro tubo de ensaio que tem como única garantia a subida das receitas para o cofre do Estado. Imprevisível é mesmo o rombo que vai fazer em milhares de famílias. Concordamos com a simplificação fiscal, mas recusamos, liminarmente, que sob a capa de um sistema mais amigável se arquitecte uma lógica autista e sem rosto humano, à margem da complexidade e das especificidades sociais. O próximo dia 15 de outubro será o momento da verdade. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico

“

Um país preso por arames como o nosso não está para experimentalismos.